



BANCO JOHN DEERE S.A.

CNPJ nº 91.884.981/0001-32 | Rodovia Engenheiro Ermênio Oliveira Penteado s/nº Km 57,5 - Indaiatuba/SP

Demonstrações Financeiras Referentes ao Semestre e Exercício Fintos em 31 de dezembro de 2025 e Relatório do Auditor Independente

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025 do Banco John Deere S.A. ("Banco"), elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Resumo das Operações:** O Banco John Deere S.A. mantém seu foco estratégico no financiamento de máquinas, equipamentos e peças da marca John Deere. No segundo semestre de 2025, foram contratadas e liberadas novas operações de crédito no montante de R\$ 11.031.819 mil. O lucro líquido registrado no segundo semestre foi de R\$ 104.634 mil e no exercício foi de R\$ 160.680 mil, sendo total de R\$ 18.428.548 mil e o patrimônio líquido de R\$ 185.867 mil. **Aspectos Econômicos e de negócio:** As condições econômicas nos mercados global e industrial em que o Banco atua podem impactar diretamente seus negócios e a confiança dos clientes, em função de fatores como exposição cambial e volatilidade da moeda, preços de commodities,

níveis elevados de juros, inflação, além de aspectos políticos, climáticos e de estabilidade social. A taxa Selic permanece em patamar elevado, impactando o custo do crédito e exigindo maior seletividade nas decisões de financiamento. A moeda real apresenta alta volatilidade, o que gera expectativa de relativa estabilidade no curto e médio prazo. No agronegócio, as projeções seguem indicando elevados níveis de produção para culturas relevantes, sustentados principalmente pela expansão de área e pelo bom desempenho esperado em regiões-chave, embora o cenário climático ainda exija monitoramento diante de riscos pontuais e heterogeneidade regional. O setor de construção civil e infraestrutura mantém-se estável, mesmo diante do encerramento do crédito e do aumento dos custos operacionais. Ainda assim, o setor apresenta fundamentos sólidos no longo prazo, com expectativa de retomada gradual à medida que o ambiente macroeconômico se torne mais previsível. **Aspectos Sociais:** O Banco reconhece a importância do engajamento corporativo em

ações de responsabilidade social, por essa razão, anualmente, destina parte de seu lucro, a projetos sociais que ajudam na redução da desigualdade social, democratização do acesso à Cultura, Educação e Esporte. Todo esse trabalho é desenvolvido através do Instituto John Deere, fundado em 2004, a qual é responsável por gerenciar os programas de desenvolvimento. Suas ações estão focadas aos seguintes pilares de atuação: Educação, Desenvolvimento de Comunidades e Combate à Fome. As doações aos projetos sociais ocorrem no segundo semestre de cada ano-calendário. **Gerenciamentos de Riscos e de Capital:** em cumprimento às disposições regulatórias dispostas nas Resoluções nº 4.557/17 e 4.968/21, publicadas pelo Conselho Monetário Nacional, o Banco mantém uma estrutura de gerenciamento integrada de riscos e gestão de capital. Em 31 de dezembro de 2025, os limites operacionais do Banco, que são apurados de forma consolidada, apresentaram níveis adequados e suficientes, sendo compatíveis com a natureza de suas operações. **Ouvvidoria:** a missão

da Ouvvidoria é a de atuar como canal de comunicação entre o Banco John Deere S.A., seus clientes e os usuários de seus produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos, assegurando a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor. **Política de Distribuição de Resultados:** O Banco observa rigorosamente os dispositivos legais e estatutários quanto à distribuição de resultados. Conforme previsto em seu Estatuto Social, a distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio poderá ser realizada com base em balanços intermediários, mediante proposta do Conselho de Administração e aprovação pela Assembleia Geral. O Banco não possui acordo de acionistas relacionado à política de reinvestimento de lucros. No exercício de 2025, foram deliberados, em dezembro, a distribuição de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) no montante de R\$ 325.000 mil. Adicionalmente, foram destinados aos acionistas dividendos no valor total de R\$ 1.526 mil.

Balanco Patrimonial (Valores expressos em milhares de reais - R\$)	
Nota	31/12/2025
ATIVO	
Disponibilidades	5 1.056
Ativos Financeiros ao valor justo por meio do resultado	6.a 495.848
- Títulos e valores mobiliários	495.848
Ativos Financeiros ao custo amortizado	17.381.057
- Depósitos no Banco Central do Brasil	5 893.593
- Operações de Crédito	7 17.698.813
- Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	7 (1.211.349)
- Outros ativos correntes e diferidos	8 112.364
- Outros ativos	9 17.638
- Imobilizado de uso	9 (6.206)
- Depreciações Acumuladas	9 69.842
- Intangível	9 (33.723)
Amortização Acumulada	9 (18.428.548)
TOTAL DO ATIVO	18.428.548

Passivos Financeiros	
Nota	31/12/2025
	14.242.681
Depósitos	10 109.678
Instrumentos de Captação	11 3.876.869
Obrigações por empréstimos e repasses	12 10.023.735
Obrigações Fiscais e previdenciárias	13 13.449
Provisão Passivos Contingentes	13 38
Outras obrigações	14 214.795
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito - Créditos a Liberar	7.f 1.670
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16 4.185.867
- Reservas de Capital	16 4.185.867
- Reservas de Lucros	304.339
- Outros Resultados Abrangentes	2.455
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18.428.548

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido							
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)							
	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva Estabilidade	Reserva Lucros Acumulados	Outros resultados abrangentes	Totais
Nota	Realizada	Legal	Estabilidade	Acumulados	Outros resultados abrangentes	Totais	
Eventos SALDES EM 31/12/2024	1.421.450	323	114.611	953.536	-	2.455	2.992.375
Ajustes Iniciais na Adoção da Resolução CMN nº 4.966/21	-	-	-	298.967	-	-	298.967
SALDES EM 01/01/2025	1.421.450	323	114.611	1.252.503	-	2.455	2.791.342
Aumento de capital	16.a 1.778.550	678.750	-	(178.500)	-	-	2.278.800
Reversão de dividendos para reserva estatutária	16.c -	-	-	450	-	-	450
Lucro líquido	16.b -	-	-	-	160.680	-	160.680
Constituição de Reserva	16.b -	-	8.033	152.647	(160.680)	-	152.647
Dividendos	16.c -	-	-	(718.829)	-	-	(718.829)
Distribuição JCP	16.c -	-	-	(325.000)	-	-	(325.000)
Destinação de dividendos	16.c -	-	-	(1.526)	-	-	(1.526)
SALDES EM 31/12/2025	3.200.000	679.073	122.644	181.695	-	2.455	4.185.867
SALDES EM 30/06/2025	3.200.000	500.323	114.611	355.574	-	2.455	4.278.963
Aumento de capital	16.a -	-	-	-	104.634	-	104.634
Constituição de Reserva	16.b -	-	8.033	152.647	(160.680)	-	152.647
Distribuição JCP	16.c -	-	-	(325.000)	-	-	(325.000)
Destinação de dividendos	16.c -	-	-	(1.526)	-	-	(1.526)
SALDES EM 31/12/2025	3.200.000	679.073	122.644	181.695	-	2.455	4.185.867

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025. (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

1. Contexto Operacional: O Banco John Deere S.A. (Banco ou Instituição) é um Banco múltiplo, autorizado a operar com as carteiras comerciais e de crédito, financiamento e investimento. Sua sede é na Rodovia Engenheiro Ermênio Oliveira Penteado, s/n, km 57,5, Indaiatuba - SP. As operações de crédito do Banco referem-se, basicamente, a financiamentos destinados a agricultores e empresas agrícolas, construtores e empresas de construção, concessionárias e distribuidoras da John Deere Brasil Ltda. ("Controladora"), visando ao fomento da venda de máquinas, equipamentos, peças e serviços da marca John Deere. Em fevereiro de 2025, foi concluída a transação que resultou na aquisição de 50% do capital social do Banco John Deere S.A. pelo Banco Bradesco S.A., por meio de sua subsidiária Kartra Participações Ltda. A parceria estratégica, anunciada originalmente em agosto de 2024, teve como objetivo ampliar a oferta de soluções financeiras no setor do agronegócio e construção, fortalecendo a atuação conjunta das instituições nessas segmentos. O Banco John Deere S.A. manterá sua marca e autonomia operacional, permanecendo focado no financiamento de equipamentos, peças e serviços da marca John Deere. A aliança visa oferecer condições mais competitivas de crédito aos clientes finais, concessionários e distribuidores, promovendo o crescimento sustentável do setor agrícola no Brasil.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), advinda da Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução BCB nº 2/20, incluindo as diretrizes emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. As demonstrações financeiras foram utilizadas para fins de normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do BACEN. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras da Instituição evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente no exercício de 2025. A Instituição optou pela aplicação facultada pelo Art. 79 da Resolução CMN nº 4.966/21, não representando informações comparativas de períodos anteriores nas demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2025. Essa opção decorre das alterações nos critérios de classificação, mensuração e reconhecimento de instrumentos financeiros, incluindo perdas de crédito esperadas, conforme estabelecido pela referida norma. Os efeitos da adoção inicial foram reconhecidos diretamente em lucros ou prejuízos acumulados, líquidos dos efeitos tributários, conforme previsto na regulamentação vigente. Em 24 de março de 2026 o Conselho de Administração do Banco autorizou a emissão destas demonstrações financeiras.

3. Normas, Alterações e Interpretações de Normas: a) Normas recentemente emitidas, aplicáveis ou a serem aplicadas em períodos futuros: **Instrumento Financeiro: Instruções Normativas nº 426/23 e 433/23** - Com início de vigência em 01 de janeiro de 2025, definem as rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (CIB) para a utilização das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco. **Lei nº 14.667/22** - com início de vigência principal em 01 de janeiro de 2025, alterou o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das Instituições Financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo Bacen. **Resolução BCB nº 352/23** - revoga a Resolução BCB nº 309/23 e tem início de vigência principal em 01 de janeiro de 2025, dispõe sobre procedimentos de definição de fluxos de caixa de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros, a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros; a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito; e a evidenciamento de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas a serem observadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen. **Resolução CMN nº 4.966/21** - Estabelece procedimentos contábeis para a classificação, reconhecimento e mensuração de instrumentos financeiros pelas instituições financeiras. Os impactos decorrentes da adoção estão demonstrados nos saldos de 2025. **Resoluções CMN nº 5.100/2023 e 5.146/2024** - Alteram dispositivos da Resolução CMN nº 4.966/2021 estabelecendo novos critérios para contratos renegotiados e a vigência para os requisitos aplicáveis à contabilidade de hedge para 1º de janeiro de 2027. **C. no 02/2025 no exercício anterior e a sua nova classificação, conforme regulamentação vigente:** As diferenças nos valores contábeis de ativos e passivos financeiros decorrentes da adoção das Resoluções CMN nº 4.966/2021 foram reconhecidas no Patrimônio Líquido em "Lucros Acumulados" e "Outros Resultados Abrangentes" em 01 de janeiro de 2025. Dessa forma, as alterações das práticas contábeis foram aplicadas prospectivamente a partir da data de adoção inicial, demonstrados a seguir: **Resolução CMN nº 4.966/2021:** Altera a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros, além de introduzir o modelo de perda esperada. (i) Classificação de Instrumentos Financeiros: A classificação passou a ser baseada no modelo de negócios da entidade e nas características dos fluxos de caixa do instrumento financeiro. (ii) Provisão para Perdas Esperadas: As perdas esperadas foram calculadas em três estágios, com pisos mínimos definidos pelo Banco Central. (iii) Stop Acruar: Reconhecimento de juros em operações de crédito com atraso entre 60 e 90 dias. (iv) Reestruturação: O valor contábil bruto do ativo reestruturado foi reavaliado para representar o valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados, descontadas pela taxa de juros efetiva originalmente contratada. Segue o quadro abaixo demonstrando as estimativas de impactos no Patrimônio Líquido:

Conciliação do Patrimônio Líquido - Em Milhares de R\$	
Patrimônio líquido antes dos ajustes estimados provenientes da adoção da Resolução CMN nº 4.966 - 31/12/2024	
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	2.492.375
Recetta decorrente da alteração do prazo efeito de stop acruar (1)	298.967
Patrimônio líquido após ajustes da Resolução CMN nº 4.966 - 01/01/2025	2.791.342

Provisão para Perdas - Em Milhares de R\$	
Saldo da provisão - Operações de Crédito em 31/12/2024	
Saldo inicial de provisão para perda esperada - 01/01/2025	1.023.700
Efeito da adoção - 01/01/2025	443.753
Efeito no Patrimônio líquido relativo a Imposos Diferidos (45%)	244.610
Ajuste Total no Patrimônio Líquido	298.967

4. Resumo das Principais Práticas Contábeis: **4.1. Moeda Funcional e de Apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que constituem a moeda funcional do Banco. **4.2. Apuração do resultado:** Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-financeiros são atualizadas pelo critério *pro rata temporis* com base na variação dos respectivos indexadores pactuados. As operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes. **4.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades, aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente convertíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. **4.4. Ativos e Passivos Financeiros:** Os ativos e passivos financeiros do Banco são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão, quando aplicável. A classificação subsequente é realizada com base no modelo de negócios e nas características dos fluxos de caixa contratuais. a) Operações de Crédito: As operações de crédito são demonstradas a valor presente com base no indexador e na taxa de juros contratuais, calculadas "pro rata temporis" até a data do balanço. As receitas relativas a operações que apresentam atraso igual ou superior à 89 dias são reconhecidas no resultado somente quando efetivamente recebidas. b) Renegociações e Reestruturadas: As operações de crédito que apresentam sinais de deterioração na capacidade de pagamento dos clientes podem ser objeto de renegociação ou reestruturação. Essas operações são avaliadas individualmente e, quando aplicável, reclassificadas para estágio de risco compatível com sua nova condição. A renegociação pode envolver alteração nos prazos, taxas de juros, garantias ou outras condições contratuais. Após a reestruturação, a operação continua sendo considerada ao custo amortizado, com base na nova taxa efetiva de juros calculada a partir dos fluxos de caixa contratuais revisados. Essas operações são monitoradas separadamente, com critérios específicos para constituição de provisão, considerando o histórico de inadimplência e a efetividade das renegociações realizadas. **4.5. Instrumentos Financeiros:** Os fluxos de caixa contratuais das operações de crédito e investimento do Banco são definidos exclusivamente no pagamento de principal e juros (SPPI), conforme baseado na Resolução BCB nº 352/23, caracterizando um acordo de empréstimo básico. Utilizando o teste de Somente Pagamento de Principal e Juros (SPPI), os instrumentos financeiros foram classificados ao custo amortizado, conforme definido pela Resolução CMN nº 4.966/2021. Para os passivos financeiros/captações qualificam-se dentro do custo amortizado do passivo financeiro as comissões e deságio de operações de Letras Financeiras e LCAs cujo fato gerador seja a registro/originação do contrato de captação.

4.6. Provisão para perdas associadas ao risco de crédito: A provisão para perdas esperadas é constituída em seu reconhecimento inicial com base no estágio de risco de crédito do instrumento financeiro, como despesa do período em que o contrato de crédito é originado. O principal critério de classificação utilizado na determinação do valor justo são os spreads de crédito que variam entre 3% e 20%. O ajuste a valor justo dos títulos os quais não apresentam fonte pública, consistente e regular de divulgação, a Instituição utiliza os modelos definidos pela CMN (Comissão de Marcação e Mercado) e disponibilizado através do manual de marcação a mercado para cada modalidade de título. Por meio de métodos e modelos estatísticos, os preços de mercado são estimados, considerando variações nos preços dos ativos objetos da marcação ao valor justo ou de similares. **Em 31 de dezembro de 2025**

Ativos	Valor Contábil	Valor Justo
Títulos e valores mobiliários	496.660	495.848

No semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, o Banco possui na composição dos TVMs, investimento em títulos privados de Cédula do Produtor Rural (CPR-F), no montante de R\$ 495.848 mil, classificados como Nível 2. **4.6. Provisão para perdas associadas ao risco de crédito:** A provisão para perdas esperadas é constituída em seu reconhecimento inicial com base no estágio de risco de crédito do instrumento financeiro, como despesa do período em que o contrato de crédito é originado. O principal critério de classificação utilizado na determinação do valor justo são os spreads de crédito que variam entre 3% e 20%. O ajuste a valor justo dos títulos os quais não apresentam fonte pública, consistente e regular de divulgação, a Instituição utiliza os modelos definidos pela CMN (Comissão de Marcação e Mercado) e disponibilizado através do manual de marcação a mercado para cada modalidade de título. Por meio de métodos e modelos estatísticos, os preços de mercado são estimados, considerando variações nos preços dos ativos objetos da marcação ao valor justo ou de similares.

4.7. Projeção de resultados para a realização de ativos fiscais diferidos: As realizações de créditos tributários estão suportadas pela refinância de capital do Banco, devidamente aprovadas pelos órgãos de governança. Referidas projeções estão embasadas no planejamento estratégico vigente, que considera premissas de plano de negócios, estratégias corporativas, cenário macroeconômico como inflação e taxa de juros, desempenho histórico e expectativa de crescimento futuro, dentre outros. **4.8. Imobilizado de uso e intangível:** É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva depreciação/amortização acumulada e, ajustados por redução ao valor recuperável ("impairment"), quando aplicável. A depreciação/amortização é calculada pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil econômica dos bens, estimada em: móveis, utensílios, máquinas e equipamentos de uso - 10% e para veículos e sistema de processamento de dados - 20%. **4.9. Redução ao valor recuperável - ativos não financeiros:** A Resolução CMN nº 3.566/2008 dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas no valor recuperável de ativos e determina o atendimento ao pronunciamento técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. A redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros ("impairment") é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização dos ativos. Os ativos não financeiros mantidos para venda são registrados no ativo circulante, deduzidos quanto ao custo de aquisição, com base no valor recuperável e no valor presente líquido. **4.10. Obrigações por empréstimos e repasses:** As obrigações por empréstimos e repasses são demonstradas a valor presente com base no indexador e na taxa de juros contratuais, calculadas "pro rata temporis" até a data do balanço. O Banco reclassifica, quando aplicável, os saldos redutores apresentados por contas de natureza devedora, decorrentes do registro de variação cambial incidente sobre operações passivas de repasse externo, para a rubrica "Outras rendas operacionais" no resultado. **4.11. Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL):** A provisão para o IRPJ é registrada com base no regime de competência, calculada à liquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro real anual que exceder R\$ 240 mil. A provisão para CSLL é baseada no lucro real anual que exceder 20% da receita líquida. Além dos passivos fiscais, o Banco reconhece ativos fiscais correntes e diferidos, conforme os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/2020. Os ativos fiscais correntes incluem valores de tributos recuperáveis em períodos futuros e tributos pagos que excedam o valor devido no período, desde que haja direito legal à

RECEITAS INTERMEDIADA FINANCEIRA		
Nota	2º Semestre de 2025	Acumulado em 31/12/2025
Operações de Crédito	1.066.901	2.081.722
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	965.354	1.845.678
Resultado de Variação Cambial	66.308	156.661
DESPESAS INTERMEDIADA FINANCEIRA	(1.052.284)	(1.872.533)
Operações de Captação no Mercado	11 (244.822)	(445.119)
Operações de Empréstimos e Repasses	12 (310.093)	(667.914)
Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito	7 (497.369)	(759.502)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIADA FINANCEIRA	14.617	209.187
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	(99.366)	(168.990)
Despesas administrativas	22 (62.862)	(108.506)
Despesas de pessoal	20 (38.314)	(68.626)
Outras receitas operacionais	18 4.976	14.534
Outras despesas operacionais	19 (3.166)	(6.392)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	(84.749)	40.197
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	15 (89.383)	(120.483)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	104.634	160.680
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO POR AÇÕES R\$	0,03	0,05

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente		
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)		
Nota	2º Semestre de 2025	Acumulado em 31/12/2025
Lucro líquido do semestre/exercício	104.634	160.680
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado	-	-
Total de resultados abrangentes do semestre/exercício	104.634	160.680

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

compensação ou restituição. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos quando há expectativa fundamentada de geração de lucros tributáveis futuros, que permitam sua realização no prazo máximo de dez anos. Essa expectativa deve ser demonstrada por meio de estudo técnico, aprovado pelos órgãos de administração e revisado anualmente. O reconhecimento também exige histórico de lucros tributáveis em pelo menos três últimos ciclos exercícos ativos, salvo exceções previstas pela regulamentação. **4.12. Provisões, ativos e passivos contingentes:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões e passivos contingentes são avaliadas com base nos critérios estabelecidos nos critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo: a) Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sob as quais não cabam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de ganho é provável, são divulgados nas notas explicativas; b) Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com razoável segurança; c) Passivos Contingentes: reconhecidos quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita, existe a probabilidade de uma saída de recurso e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança. Os passivos contingentes classificados como de perda possíveis, não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgadas apenas em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação. **4.13. Participação dos empregados:** A participação dos empregados no resultado é calculada segundo critérios acordados com o sindicato dos bancários (PPR) e/ou de acordo com as políticas internas globais de remuneração variável, sendo paga anualmente. **4.14. Benefícios a empregados:** Os pagamentos a planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados. Os benefícios pós-emprego relacionados a um plano de aposentadoria são reconhecidos quando os critérios acordados com o sindicato dos bancários (PPR) e/ou de acordo com as políticas internas globais de remuneração variável, sendo paga anualmente.

4.15. Estimativas Contábeis: As demonstrações financeiras do Banco são elaboradas com base em políticas contábeis que requerem a utilização de premissas, estimativas e julgamentos pela Administração. As informações disponíveis em informações disponíveis, existência histórica e outros fatores relevantes, sendo continuamente revisadas com base em novas evidências ou alterações no ambiente econômico. As revisões são realizadas, no mínimo, ao final de cada exercício social, podendo ocorrer com maior frequência quando necessário. As principais áreas que exigem o uso de estimativas contábeis incluem: a) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito - calculada com base em modelos estatísticos, dados históricos e projeções de inadimplência. b) Realização de Créditos tributários - reconhecidos com base na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, conforme critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/2020. c) Provisões para passivos contingentes - determinadas com base na avaliação da probabilidade de perda e estimativa de valor, conforme pareceres jurídicos e técnicos. d) Benefícios pós-emprego - Plano de saúde - mensurados com base em cálculos atuariais que consideram premissas como longevidade, custos médicos, seguros e despesas de desporto. Os valores finais de liquidação desses ativos e passivos, financeiros ou não, podem divergir dos valores registrados com base nas estimativas, refletindo a natureza incerta e dinâmica dos eventos futuros. **4.16. Resultados recorrentes e não-recorrentes:** Para classificação de resultado entre recorrente e não recorrente, o Banco considera como sendo recorrentes, os resultados obtidos com suas atividades regulares e habituais, tais como receitas e despesas relacionadas a operações ativas (aplicações) e passivas (captações), prestações de serviço e demais gastos relacionados à manutenção das atividades do Banco. Os resultados não recorrentes englobam receitas e despesas provenientes de atos e fatos administrativos não usuais ou que possuem baixa probabilidade de ocorrência em exercícios futuros. No semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025 não foram reconhecidos itens não recorrentes no período.

c) Carteira de crédito e perdas por estágio

	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		Total	
	Valor do Crédito Esperada	Perda Valor do Crédito Esperada	Valor do Crédito Esperada	Perda Valor do Crédito Esperada	Valor do Crédito Esperada	Perda Valor do Crédito Esperada	Valor do Crédito Esperada	Perda Valor do Crédito Esperada
Empréstimos e direitos creditórios descontados	178.290	3.855	10.492	56	-	-	1	

Composição por classe do intangível

Software	Intangíveis em curso	Sistema de Processamento de Dados - Gerados Internamente
Saldo em 01 de janeiro de 2025	209	11
Adições (+)	-	55
Baixas (-)	(1)	(1)
Depreciação	(37)	(37)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	172	17

Composição por classe do intangível

Software	Intangíveis em curso	Sistema de Processamento de Dados - Gerados Internamente
Saldo em 01 de janeiro de 2025	211	11
Adições (+)	2.112	17.472
Baixas (-)	(5)	(5)
Depreciação	(37)	(37)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	2.068	30.361

Depósitos

Depósitos à vista*	Depósitos a prazo*
31.12.2025	31.12.2025
114	114
63.222	63.222
50.888	50.888
114	114
46.556	46.556
109.778	109.778

*Depósitos à Vista: Operações não indexadas. Os depósitos a prazo são remunerados a uma taxa média de 11,78% ao ano. No semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, o valor de despesa com depósitos a prazo foram respectivamente de R\$ 210 e R\$ 13.332.

11. Instrumentos de Captação: a) Resumo dos Instrumentos Financeiros

Letras Financeiras	Letras de crédito - LCA
31.12.2025	31.12.2025
114	114
1.973.433	1.903.436
3.876.869	3.876.869

b) Segregação dos Instrumentos de Captação

Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
31.12.2025	31.12.2025	31.12.2025	31.12.2025
114	838.117	1.135.316	1.973.433
203.093	382.635	1.117.692	1.903.436
203.093	1.220.768	2.453.008	3.876.869

No semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, o valor de despesa com LCA foram respectivamente de R\$ 129.537 e R\$ 207.594, para as Letras Financeiras foram de R\$ 107.221 e R\$ 216.062. Outras despesas com captação totalizaram R\$ 8.064 e R\$ 21.462. As LFs e LCAs são remuneradas a uma taxa média de 14,62% ao ano.

12. Obrigações por Empréstimos e Repasses

Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
31.12.2025	31.12.2025	31.12.2025	31.12.2025
463.787	3.066.291	3.530.078	7.060.156
595	1.959	2.790.792	5.345.246
619.040	6.845.479	2.559.216	10.023.735

No semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, as despesas com BNDES/FINAME foram respectivamente de R\$ 238.868 e R\$ 487.333, e de empréstimos e repasses foram de R\$ 71.225 e R\$ 180.581. As obrigações por empréstimos e repasses são remuneradas a uma taxa média de 7,17% ao ano.

13. Provisão para Passivos Contingentes: a) Provisões classificadas como perdas prováveis: Os saldos de provisões para riscos Cíveis e Trabalhistas constituídos com probabilidade de perda provável e as respectivas movimentações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 estão apresentados a seguir:

01.01.2025	Saldo Inicial	Constituição	Reversão	31.12.2025
2026	4.465	1.724	(3.804)	2.385
2027	4.465	2.319	(4.399)	2.385
2028	4.465	2.319	(4.399)	2.385
2029	4.465	2.319	(4.399)	2.385
2030	4.465	2.319	(4.399)	2.385
2031	4.465	2.319	(4.399)	2.385
2032	4.465	2.319	(4.399)	2.385
2033	4.465	2.319	(4.399)	2.385
2034	4.465	2.319	(4.399)	2.385
2035	4.465	2.319	(4.399)	2.385
	390.672			390.672

b) Passivos contingentes classificadas como perdas possíveis - Ações Cíveis: Os processos judiciais de natureza civil consistem, principalmente, em ações de clientes pleiteando indenização por danos materiais e morais e relativos a descarte comercial, alegação de defeito no bem financiado, alegação de prejuízo decorrente de produtos e serviços oferecidos ou não pelo Banco. Em 31 de dezembro de 2025, não havia nenhum processo classificado como possível.

14. Outras Obrigações: a) Resumo das Obrigações

31.12.2025	Saldo
JCP a pagar	97.500
Receitas Diferidas a apropriar	46.917
Cobrança	32.842
Provisões de folha de pagamento	22.396
Fornecedores a pagar	13.614
Dividendos	1.526
Total	214.795

(1) Receitas a diferir R\$ 23.321 em 2026/ R\$ 14.663 em 2027/ R\$ 7.259 em 2028 / R\$ 1.674 2029 a 2031

b) Receitas Diferidas a apropriar

31.12.2025	Saldo
Rendas Antecipadas	17.134
AG RECURSO PROPRIO TES 2	8.684
CS RECURSO PROPRIOS 2	7.782
AG FINAME 1	5.648
AG RECURSO PROPRIOS 2	3.316
CS FINAME 1	2.156
AG EXTERNOS 3	1.311
FL RECURSO PROPRIOS 2	1.211
CS RECURSO PROPRIOS (WRITGEN/CIBER) 2	552
AG RECURSO PROPRIOS (PLATA) 2	334
Total	46.917

*Recursos BNDES: O Banco utiliza as linhas de recursos ofertadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES/FINAME). *Recursos próprios (RS): Financiamento é realizado por meio dos recursos do Banco John Deere S.A., em moeda nacional (reais). *Repasses Externos (USD): Financiamento é realizado por meio dos recursos do Banco, em moeda estrangeira (dólar). Os saldos referem-se a receitas diferidas a apropriar, referentes a rendas antecipadas de financiamentos concedidos por diferentes linhas de recursos, discriminados por divisão de equipamentos. Para fins de entendimento, as siglas que identificam

Movimentação do Imobilizado

Movéis e Equipamentos de Uso	Sistemas de comunicação	Sistema de Processamento de Dados	Benefetoria em Imóveis de Terceiros	Imobilizado em curso	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2025	209	11	4.433	1.278	6.566
Adições (+)	-	55	7.175	-	7.175
Baixas (-)	(1)	(1)	(784)	(386)	(1.172)
Depreciação	(37)	(37)	(998)	(60)	(1.132)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	172	17	9.837	1.218	11.432

Composição por classe do intangível

Software	Intangíveis em curso	Sistema de Processamento de Dados - Gerados Internamente
Saldo em 01 de janeiro de 2025	211	11
Adições (+)	2.112	17.472
Baixas (-)	(5)	(5)
Depreciação	(37)	(37)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	2.068	30.361

Depósitos

Depósitos à vista*	Depósitos a prazo*
31.12.2025	31.12.2025
114	114
63.222	63.222
50.888	50.888
114	114
46.556	46.556
109.778	109.778

*Depósitos à Vista: Operações não indexadas. Os depósitos a prazo são remunerados a uma taxa média de 11,78% ao ano. No semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, o valor de despesa com depósitos a prazo foram respectivamente de R\$ 210 e R\$ 13.332.

11. Instrumentos de Captação: a) Resumo dos Instrumentos Financeiros

Letras Financeiras	Letras de crédito - LCA
31.12.2025	31.12.2025
114	114
1.973.433	1.903.436
3.876.869	3.876.869

b) Segregação dos Instrumentos de Captação

Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
31.12.2025	31.12.2025	31.12.2025	31.12.2025
114	838.117	1.135.316	1.973.433
203.093	382.635	1.117.692	1.903.436
203.093	1.220.768	2.453.008	3.876.869

No semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, o valor de despesa com LCA foram respectivamente de R\$ 129.537 e R\$ 207.594, para as Letras Financeiras foram de R\$ 107.221 e R\$ 216.062. Outras despesas com captação totalizaram R\$ 8.064 e R\$ 21.462. As LFs e LCAs são remuneradas a uma taxa média de 14,62% ao ano.

12. Obrigações por Empréstimos e Repasses

Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
31.12.2025	31.12.2025	31.12.2025	31.12.2025
463.787	3.066.291	3.530.078	7.060.156
595	1.959	2.790.792	5.345.246
619.040	6.845.479	2.559.216	10.023.735

No semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, as despesas com BNDES/FINAME foram respectivamente de R\$ 238.868 e R\$ 487.333, e de empréstimos e repasses foram de R\$ 71.225 e R\$ 180.581. As obrigações por empréstimos e repasses são remuneradas a uma taxa média de 7,17% ao ano.

13. Provisão para Passivos Contingentes: a) Provisões classificadas como perdas prováveis: Os saldos de provisões para riscos Cíveis e Trabalhistas constituídos com probabilidade de perda provável e as respectivas movimentações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 estão apresentados a seguir:

01.01.2025	Saldo Inicial	Constituição	Reversão	31.12.2025
2026	4.465	1.724	(3.804)	2.385
2027	4.465	2.319	(4.399)	2.385
2028	4.465	2.319	(4.399)	2.385
2029	4.465	2.319	(4.399)	2.385
2030	4.465	2.319	(4.399)	2.385
2031	4.465	2.319	(4.399)	2.385
2032	4.465	2.319	(4.399)	2.385
2033	4.465	2.319	(4.399)	2.385
2034	4.465	2.319	(4.399)	2.385
2035	4.465	2.319	(4.399)	2.385
	390.672			390.672

b) Passivos contingentes classificadas como perdas possíveis - Ações Cíveis: Os processos judiciais de natureza civil consistem, principalmente, em ações de clientes pleiteando indenização por danos materiais e morais e relativos a descarte comercial, alegação de defeito no bem financiado, alegação de prejuízo decorrente de produtos e serviços oferecidos ou não pelo Banco. Em 31 de dezembro de 2025, não havia nenhum processo classificado como possível.

14. Outras Obrigações: a) Resumo das Obrigações

31.12.2025	Saldo
JCP a pagar	97.500
Receitas Diferidas a apropriar	46.917
Cobrança	32.842
Provisões de folha de pagamento	22.396
Fornecedores a pagar	13.614
Dividendos	1.526
Total	214.795

(1) Receitas a diferir R\$ 23.321 em 2026/ R\$ 14.663 em 2027/ R\$ 7.259 em 2028 / R\$ 1.674 2029 a 2031

b) Receitas Diferidas a apropriar

31.12.2025	Saldo
Rendas Antecipadas	17.134
AG RECURSO PROPRIO TES 2	8.684
CS RECURSO PROPRIOS 2	7.782
AG FINAME 1	5.648
AG RECURSO PROPRIOS 2	3.316
CS FINAME 1	2.156
AG EXTERNOS 3	1.311
FL RECURSO PROPRIOS 2	1.211
CS RECURSO PROPRIOS (WRITGEN/CIBER) 2	552
AG RECURSO PROPRIOS (PLATA) 2	334
Total	46.917

*Recursos BNDES: O Banco utiliza as linhas de recursos ofertadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES/FINAME). *Recursos próprios (RS): Financiamento é realizado por meio dos recursos do Banco John Deere S.A., em moeda nacional (reais). *Repasses Externos (USD): Financiamento é realizado por meio dos recursos do Banco, em moeda estrangeira (dólar). Os saldos referem-se a receitas diferidas a apropriar, referentes a rendas antecipadas de financiamentos concedidos por diferentes linhas de recursos, discriminados por divisão de equipamentos. Para fins de entendimento, as siglas que identificam

patrimonial de 31 de dezembro de 2024, nos termos do artigo 204, caput e §2º, da Lei das S.A. e do artigo 22 do estatuto social do Banco. Adicionalmente, o valor de R\$ 13.424 mil está em deliberação para pagamento no próximo exercício. De acordo com o estatuto social, foram destinados para distribuição de dividendos o montante de R\$ 1.526 mil, igualmente divididos entre os acionistas no período conforme lucro no exercício em 31 de dezembro de 2025. Em assembleia realizada em 29 de dezembro de 2025, os acionistas aprovaram, por unanimidade, a distribuição de Juros sobre o Capital Próprio, a título de remuneração do capital próprio, no valor bruto de R\$ 325.000 mil. Cada acionista recebeu o montante de R\$ 162.500 mil, proporcionalmente a sua participação no capital social. Sobre os valores creditados incidirá retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, resultando em valor líquido de R\$ 138.125 mil por acionista. A distribuição foi estruturada em duas etapas. Após a deliberação referente à distribuição de Juros sobre o Capital Próprio, os acionistas aprovaram a capitalização parcial do saldo líquido desses valores, autorizando expressamente a utilização da primeira parcela para promover o aumento do capital social do Banco, ficando considerado que a capitalização do montante de R\$ 178.750 mil ao capital social seja efetivada na mesma data do pagamento da primeira parcela dos valores líquidos, qual seja, 29 de dezembro de 2025, mediante compensação do crédito devido por eles perante o Banco. Sujeito à homologação pelo Banco Central do Brasil, em virtude da referida deliberação mencionada, os acionistas também aprovaram a alteração do artigo 5º do Estatuto Social do Banco, que trata da proposição do capital social. d) Lucro por ação: O lucro por ação é calculado com base em critérios e procedimentos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 41 - Resultado, considerando que for aplicável às instituições financeiras, conforme determina a Resolução CBC nº 2/20. O Lucro por ação está apresentado nas "Demonstrações de Resultado" do semestre e exercício.

17. Partes Relacionadas: a) Partes Relacionadas: Com a aquisição de 50% do capital social do Banco John Deere S.A. pela subsidiária do Banco Bradesco S.A., e instituição da *joint venture*, o Banco John Deere S.A. atuando com sua própria autonomia não segue com uma controladora e mantém transações com partes relacionadas, tanto com o grupo econômico das entidades da John Deere Brasil, quanto do Banco Bradesco S.A.

Ativo

Valores a Receber	2025	2024
John Deere Brasil Ltda.1	18.332	18.332
Canovas Manufatura de Máquinas Agrícolas LTDA. 9	48	48
Ciber Equipamentos Rodoviários LTDA. 8	2.666	2.666
John Deere Credit Companhia Financeira S.A. 7	2.666	2.666
Obrigações por repasses do exterior	1.680.099	1.680.099
John Deere Capital Corporation 2	1.680.099	1.680.099
Valores a pagar	101.399	101.399
Deere Credit Services Inc 10	1.499	1.499
John Deere Brasil Ltda.1	474	474
John Deere Brasil Ltda.1	49.513	49.513
Kartra Participações LTDA 5	112.364	25.116
2º Semestre de 2025 em 31/12/2025	Acumulado de 2025 em 31/12/2025	Acumulado de 2025 em 31/12/2025
528	6.731	6.731
528	6.731	6.731
137.731	218.938	218.938
136.688	217.421	217.421
9	419	419
849	1.098	1.098
6.011	7.168	7.168
434	1.592	1.592
5.577	6.577	6.577
1.982	2.258	2.258
930	1.205	1.205
1.052	1.052	1.052

1 John Deere Brasil Ltda. São as empresas ligadas do grupo no Brasil; 2 John Deere Capital Corporation, transações de captação externa; 3 Banco Bradesco, operações de captações e operações compromissadas; 4 John Deere Holding Financeira LTDA, empresa controladora; 5 Kartra Participações LTDA, empresa controladora; 6 Bradesco BBI, operações de captações; 7 John Deere Credit Companhia Financeira S.A, empresa do grupo John Deere, na Argentina; 8 Ciber Equipamentos Rodoviários LTDA.; 9 Canovas Manufatura de Máquinas Agrícolas LTDA.; 10 Deere Credit Services Inc.

b) Remuneração do pessoal-chave da administração: O pessoal-chave da Administração são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades do Banco. A divulgação a seguir refere-se a despesa com a remuneração dos Diretores do Banco durante o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025.

2º Semestre de 2025 em 31/12/2025	Acumulado de 2025 em 31/12/2025
1.452	3.051
147	147
399	3.198

(1) Plano de benefício definido cuja intenção de resgate é de longo prazo.

18. Outras Receitas Operacionais

2º Semestre de 2025 em 31/12/2025	Acumulado de 2025 em 31/12/2025
4.100	11.945
700	2.243
1.776	346
4.776	14.534

(1) Referem-se principalmente aos serviços prestados na concessão de crédito para operações de financiamento aos fabricantes da marca John Deere, concessionárias e distribuidores.

19. Outras Despesas Operacionais

2º Semestre de 2025 em 31/12/2025	Acumulado de 2025 em 31/12/2025
(8)	(810)
(629)	(1.000)
(1.672)	(2.316)
(713)	(734)